



SES  
Secretaria de  
Estado da  
Saúde



## PLANO DE TRABALHO FUNDO A FUNDO

### 1 – CONCEDENTE

Órgão: <b>Secretaria de Estado da Saúde de Goiás</b>	CNPJ: 02.529.964/0001-57	
Gestor: Rasível dos Reis Santos Júnior	Processo nº: 202500005012961	
Endereço: Rua SC-1, 299 – Parque Santa Cruz – Goiânia-GO		

### 2 – PROPONENTE

Nome: <b>Fundo Municipal de Saúde de Itaberaí</b>	CNPJ: <b>07.241.129/0001-30</b>	
Gestor do Fundo: Carlos Rodrigues Galvão Júnior	CPF: 908.061.661-34	
Endereço: Rua 07, Quadra 22, Lote 12, Vila Leonor, Itaberaí – GO, CEP: 76.630-000		
<b>Dados bancários</b>		
<i>Observação: Em atenção ao inciso X, do Decreto Estadual 10.218/2023, esclarecemos que: É obrigação do conveniente manter e movimentar os recursos em conta bancária específica para o repasse, com a comprovação do saldo inicial zerado.</i>		
Banco: Caixa Econômica Federal	Agência: 0859	Conta Corrente: 71.274-4

### 3 – DADOS DA UNIDADE ASSISTIDA

Unidade: UBS Jardim Neco de Faria	CNES: 5077869	
Endereço: Rua 13 , 513 – Jardim Neco de Faria CEP: 76630-000		
Cidade: Itaberaí - GO	Natureza: Municipal	
Serviços ofertados: ( x ) Ambulatorial ( ) Internação ( ) UTI ( ) SADT ( ) Hospital dia ( ) Outros:		

### 4 – DESCRIÇÃO DO OBJETO

Identificação do objeto a ser executado: O presente Plano de Trabalho tem como objeto a <b>aquisição de equipamentos médico-assistenciais</b> <b>Aquisição de 02 consultórios odontológicos completos</b> , com o objetivo de melhorar o atendimento a população, garantindo uma melhor assistencial bucal a população.	
Período de execução: 12 meses	

Início: 05/2025	Término: 06/2026
<p>Justificativa:</p> <p>A aquisição dos equipamentos se faz necessária para suprir <b>as necessidades básicas no que diz respeito a saúde bucal</b>, garantindo um atendimento mais humanizado a população.</p> <p>Entre os principais fatores que justificam essa aquisição, destacam-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Dificuldades no acesso ao atendimento odontológico;</li> <li>• Ampliação da capacidade de atendimento e melhoria na qualidade assistencial.</li> </ul>	

## 5 – DAS METAS A SEREM ATINGIDAS

<p>DESCRIÇÃO:</p> <p>METAS RELACIONADAS AO OBJETO:</p> <p>A aquisição dos equipamentos será acompanhada por meio de metas relacionadas ao objeto e metas assistenciais, garantindo transparência na execução e melhoria na qualidade dos serviços prestados.</p> <p>5.1 Metas relacionadas ao objeto:</p> <p>As metas físicas referem-se à aquisição e implementação dos equipamentos na unidade, garantindo seu funcionamento adequado.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Aquisição de equipamentos odontológicos conforme especificações técnicas estabelecidas;</li> <li>• Instalação e calibração dos equipamentos adquiridos em [X] setores da unidade;</li> <li>• Treinamento de 100% da equipe responsável pela operação do consultório;</li> <li>• Adequação da infraestrutura elétrica e física para suportar a instalação dos equipamentos;</li> <li>• Conclusão de todas as etapas do cronograma físico-financeiro dentro do prazo previsto.</li> </ul> <p>5.2 Metas assistenciais:</p> <p>As metas assistenciais refletem os benefícios diretos da aquisição dos equipamentos na qualidade do atendimento e na eficiência dos serviços prestados.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Ampliação da capacidade de realização de exames/procedimentos em 20%;</li> <li>• Redução do tempo médio de espera para exames ou procedimentos em 15%;</li> <li>• Maior cobertura de atendimento a população tanto na sede quanto nas partes mais remotas da cidade</li> </ul>	
--	--

## 6 -DAS ETAPAS OU FASES DE EXECUÇÃO

<p>DESCRIÇÃO:</p> <p>A aquisição dos equipamentos será realizada em <b>etapas sucessivas</b>, garantindo <b>conformidade técnica, cumprimento dos prazos e correta aplicação dos recursos</b>.</p> <p>Descrição das etapas:</p>	
---	--



1.	<b>Planejamento e especificação técnica:</b>	
•	Identificação dos equipamentos necessários, com base na demanda assistencial da unidade;	
•	Definição das especificações técnicas e requisitos normativos para aquisição;	
•	Publicação de edital ou formalização do processo de compra.	
2.	<b>Processo de aquisição e recebimento:</b>	
•	Contratação de fornecedor, seguindo as normativas de aquisição pública;	
•	Recebimento dos equipamentos e conferência técnica para garantir conformidade com as especificações.	
3.	<b>Instalação e operação:</b>	
•	Instalação e calibração dos equipamentos adquiridos, conforme orientações dos fabricantes;	
•	Testes de funcionamento e certificação técnica dos dispositivos.	
4.	<b>Treinamento e capacitação:</b>	
•	Treinamento dos profissionais para uso adequado e seguro dos equipamentos;	
•	Implementação de protocolos operacionais e de manutenção preventiva.	
5.	<b>Registro patrimonial e regularização documental:</b>	
•	Tombamento e inserção dos equipamentos no sistema patrimonial da unidade;	
•	Adequação às normativas da Anvisa e demais órgãos reguladores.	
6.	<b>Monitoramento e avaliação dos impactos assistenciais:</b>	
•	Acompanhamento dos resultados obtidos com a implantação dos equipamentos;	
•	Emissão de relatórios de eficiência e impacto na qualidade do atendimento.	

## 7 - DO VALOR DO PROJETO

Valor total:	
R\$ 60.000,00	

## 8 – DO PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS

DESCRIÇÃO:	
24 (VINTE E QUATRO) MESES APÓS A PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO	

## 9 – CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

ANO: 2025	
PARCELA ÚNICA	Valor Total: R\$ 60.000,00

## 10 ,- OBRIGAÇÕES DAS PARTES

### 10.1 – DO CONCEDENTE - DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

- Transferir os recursos financeiros para execução do presente Repasse Fundo a Fundo, em conformidade com o cronograma de desembolso do Plano de Trabalho, observada a disponibilidade financeira e as normas legais pertinentes.
- Acompanhar, supervisionar, coordenar, fiscalizar e prestar assistência técnica na execução deste Repasse Fundo a Fundo, diretamente ou por intermédio de órgãos e entidades habilitadas.
- Examinar excepcionais propostas de alterações no Plano de Trabalho, desde que não impliquem mudanças que alterem substancialmente o objeto e os objetivos deste ajuste.
- Analisar e emitir pareceres acerca dos relatórios de execução físico-financeira e das prestações de contas relativas ao objeto do presente Convênio.
- Comunicar a **PROPONENTE** qualquer situação de irregularidade relativa à prestação de contas dos recursos envolvidos, que possam motivar suspensão ou impedimento de liberação de novas parcelas, assinando prazo de até 30 (trinta) dias para a regularização.
- Designar um representante como gestor que acompanhará e fiscalizará a execução deste Repasse Fundo a Fundo.
- Apreciar as prestações de contas parciais ou totais apresentados pela **PROPONENTE**, podendo deixar de aprová-las sempre que verificar a ocorrência de algum dos seguintes eventos:
  - Inexecução total ou parcial do objeto pactuado;
  - Desvio de finalidade na aplicação dos recursos transferidos;
  - Impugnação de despesas, se realizadas em desacordo com as disposições do ora pactuado;
  - Não utilização, total ou parcial, da contrapartida pactuada;
  - Não aplicação ou não devolução de rendimentos de aplicações financeiras, no caso da não utilização dos recursos transferidos;
  - Não devolução de eventuais saldos de recursos estaduais, apurado na execução do objeto;
  - Ausência de documentos exigidos na prestação de contas, de forma a comprometer o julgamento da regular aplicação dos recursos.
- Efetuar o repasse financeiro, em um prazo de até 30 (trinta) dias, após a publicação no Diário Oficial.
- A previsão de que o valor do repasse a ser realizado pelo concedente não poderá ser aumentado, salvo se ocorrer situação capaz de justificá-lo, de acordo com a apresentação e a aprovação prévia pela administração de projeto adicional detalhado, também conforme a comprovação da fiel execução das etapas anteriores e da devida prestação de contas, além da observância da proporcionalidade da contrapartida, que deverá ser formalizado mediante termo aditivo, nos moldes delineados pelo art. 11, V do Decreto nº 10.248/2023;
- A prerrogativa de o órgão ou a entidade concedente dos recursos financeiros vir a assumir diretamente ou transferir a outrem a responsabilidade pela execução do objeto, quando isso couber, no caso da sua paralisação ou da ocorrência de fato relevante, de modo a evitar a descontinuidade, inclusive com a possibilidade de alterar o plano de trabalho em situações especiais devidamente justificadas, conforme previsto no artigo 11, VIII do Decreto nº 10.248/2023.

### 10.2 – DO PROPONENTE



<ul style="list-style-type: none"> <li>- Realizar despesa em data posterior à vigência do instrumento, salvo os pagamentos cujo fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência do instrumento pactuado;</li> <li>- Realizar despesas com publicidade, salvo a de caráter educativo, informativo ou de orientação social, da qual não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal e desde que previstas no Plano de Trabalho;</li> <li>- Celebrar instrumentos para a execução de obras e serviços de engenharia, bem como aquisições de equipamentos, cujo valor total de repasse seja inferior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), conforme estabelecido no § 5º do art. 15 do Decreto nº 10.634/2025.</li> <li>- Os recursos não poderão ser gastos com a remuneração de pessoal próprio das entidades e com terceirizados contratados pelos órgãos das Administrações Públicas Estaduais e/ou Municipais, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), férias, décimo terceiro salário, salários, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas, nos moldes do § 9º do Art. 111 da Constituição Estadual de Goiás.</li> </ul>	
---	--

## 12 - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

<p>É dever da <b>PROPONENTE</b> apresentar prestação de contas que contenha elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar a execução do objeto conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e do resultado esperado, nos prazos previstos e em obediência às normas legais aplicáveis à matéria.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- A prestação de contas e todos os atos que dela decorram dar-se-ão em plataforma eletrônica, permitindo a visualização de qualquer interessado.</li> <li>- A prestação de contas dos recursos recebidos deverá ser organizada em ordem cronológica de acordo com as metas estabelecidas e deverá ser acompanhada dos seguintes documentos e anexos: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Ofício de encaminhamento; relatório de execução do objeto contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;</li> <li>- Relatório circunstanciado do cumprimento do objeto;</li> <li>- Cópia do Plano de Trabalho aprovado pelo ordenador de despesa;</li> <li>- Cópia do termo firmado, com indicação da data de sua publicação;</li> <li>- Relatório de execução físico-financeira;</li> <li>- Demonstrativo da execução da receita e da despesa, evidenciando os recursos recebidos em transferência, da contrapartida, dos rendimentos obtidos na aplicação dos recursos no mercado financeiro, quando for o caso, e os saldos;</li> <li>- Relação de pagamentos efetuados com os recursos do <b>CONCEDENTE</b> e <b>PROPONENTE</b>, bem como dos provenientes da aplicação financeira;</li> <li>- Relação dos bens permanentes adquiridos com os recursos do <b>CONCEDENTE</b> e <b>PROPONENTE</b>, bem como dos provenientes da aplicação financeira;</li> <li>- Relação dos bens de consumo adquiridos com os recursos do <b>CONCEDENTE</b> e <b>PROPONENTE</b>, bem como dos provenientes da aplicação financeira;</li> </ul> </li> </ul>	
---	--



- Relação dos serviços de terceiros com os recursos do CONCEDENTE e PROPONENTE, bem como dos provenientes da aplicação financeira;
- Extrato da conta bancária específica, do período do recebimento da primeira parcela até o último pagamento, demonstrando a conta zerada, e, se for o caso, a conciliação bancária;
- Extratos da conta de aplicação financeira, com a especificação de todos os rendimentos obtidos no período e a demonstração da conta zerada;
- Cópias do termo de aceitação definitiva da obra, termos de medição, planilha orçamentária e projetos executivos, quando o objeto visar à realização de obra ou serviço de engenharia;
- Comprovante de recolhimento do saldo de recursos ao Tesouro Estadual;
- As cópias dos despachos adjudicatório e homologatório das licitações realizadas ou a justificativa para a sua dispensa ou a sua inexigibilidade, com o respectivo embasamento legal;
- A cópia dos contratos firmados com os respectivos aditivos e publicações, quando for o caso;
- Relação de localização dos bens adquiridos;
- Notas fiscais/faturas;
- Relatório fotográfico dos bens adquiridos e obras realizadas;
- Relação de treinados ou capacitados, quando for o caso;
- O termo de compromisso por meio do qual a PROPONENTE fica obrigada a manter os documentos relacionados ao convênio pelo prazo de 5 (cinco) anos, da data em que foi aprovada a prestação de contas.
- Quando se tratar de prestação de contas parcial, será exigido apenas o disposto nos incisos I, II, III, IV, V, XI e XII do art. 22 do Decreto 10.248 de 31 de março de 2023.

### 13 – DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal, declaro, para fins de prova junto à Secretaria de Estado da Saúde – SES/GO, para os efeitos e sob as penas da Lei, que inexistem débitos de qualquer natureza junto a quaisquer órgãos ou Entidades da Administração Pública Estadual, que impeçam a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas no Orçamento do Fundo Estadual de Saúde – FES, na forma deste Plano de Trabalho.

Itaberaí, em 14 de maio de 2025.

Assinatura: \_\_\_\_\_

CARLOS RODRIGUES  
GALVAO  
JUNIOR:90806166134

Assinado de forma digital por  
CARLOS RODRIGUES GALVAO  
JUNIOR:90806166134  
Dados: 2025.05.14 14:08:06 -03'00'

\_\_\_\_\_  
Nome representante legal

### 14 – APROVAÇÃO DA CONCEDENTE

Ante a manifestação favorável das áreas técnicas da SES/GO envolvidas na avaliação da viabilidade de execução do presente Plano de Trabalho, conforme pareceres e despachos acostados nos autos, o Secretário de Estado da Saúde **APROVARÁ** o Plano de Trabalho por meio de sua assinatura, observadas as determinações impostas em lei.